

ASPECTOS EVOLUTIVOS NA CRIAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DE ALAGOAS

GT 3: Economia do trabalho, Economia Solidária e Cooperativismo.

RESUMO

As cooperativas da agricultura familiar na última década tem apresentado um papel fundamentação para o escoamento da produção da agricultura familiar. Esse estudo tem o objetivo de analisar os aspectos evolutivo na criação e regularização das cooperativas da agricultura familiar do Estado de Alagoas. Para atingir o objetivo proposto, utilizou como instrumento de coleta de dados, questionário de pesquisas exploratória descritivo de natureza qualitativa. Os questionários foram aplicados de forma presencial e através de e-mail em todas as 58 cooperativas existente no Estado de Alagoas, tendo êxito de respostas em 46 cooperativas (80,02%). Os resultados apontaram que houve uma evolução significativa na criação e regularização dessas cooperativas na últimas duas década, essa evolução se deu basicamente por dois motivos: o primeiro devido a criação de políticas de comercialização como por exemplo o PAA e o PNAE; e, segundo, pôr as cooperativas apresentarem uma maior segurança jurídica. Por outro lado, a manutenção de regularidades dessas cooperativas regularizadas é primordial, que para isso, depende da manutenção das políticas governamentais de comercialização, mão de obra especializada, do intercooperativíssimo e abertura de novos mercados.

Palavra-chave: Cooperativa. Evolução. Regularização.

Abstract

Family agriculture cooperatives in the last decade have shown a fundamental role for the flow of family agriculture production. This study aims to analyze the evolutionary aspects in the creation and regularization of family agriculture cooperatives in the State of Alagoas. To achieve the proposed objective, a qualitative descriptive exploratory research questionnaire was used as a data collection instrument. The questionnaires were applied in person and via e-mail in all 58 cooperatives in the State of Alagoas, with success in 46 cooperatives (80.02%). The results showed that there was a significant evolution in the creation and regularization of these cooperatives in the last two decade, this evolution occurred basically for two reasons: the first due to the creation of commercialization policies, such as PAA and PNAE; and, second, to make cooperatives more legally secure. On the other hand, the maintenance of regularities of these regularized cooperatives is paramount, which, for this, depends on the maintenance of governmental marketing policies, specialized labor, extremely interoperable and opening new markets

Keyword: Cooperative. Evolution. Regularization.

1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo no Estado de Alagoas ao longo dos anos até a década de 90 se mostrou pouco desenvolvido em relação ao cooperativismo dos Estados de outras regiões do País, sobretudo, das regiões Sul e Sudeste, devido essas regiões apresentarem uma cultura mais coletivas. A pedra fundamental do cooperativismo em Alagoas foi à criação da Cooperativa Pindorama em 1956 idealizada pelo suíço René Bertholet que buscava na época melhores condições de trabalho para os agricultores da zona da mata sul do Estado. Hoje é considerada uma das maiores e mais importante cooperativa agroindustrial do Nordeste, tendo como foco a sustentabilidade na produção de cana de açúcar, álcool e sucos concentrados.

Mesmo com os avanços apresentados pela Cooperativa Pindorama na questão econômica, social, direito dos trabalhadores e ampla comercialização na produção de seus cooperados, isso não foi o bastante para o cooperativismo no Estado evoluir. Dados da Junta Comercial do Estado de Alagoas mostra que entre os anos de 1960 e 2000, ou seja, 40 anos depois da fundação e sucesso da Cooperativa Pindorama, foram criado apenas 08 cooperativas ligadas a agricultura familiar no Estado: Cooperativa Agropecuária e Industrial de Arapiraca LTDA (1963); Cooperativa Agropecuária e Industrial de Arapiraca LTDA (1966), Cooperativa agropecuária regional de Palmeira dos Índios LTDA (1979); Cooperativa Agropecuária de Major Izidoro LTDA (1980); Cooperativa Agropecuária de Campo Grande (1984) Cooperativa dos Produtores Rurais de Arapiraca LTDA (1992); Cooperativa de Colonização Agropecuária de Piscicultura de Penedo LTDA (1993); Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de sementes (1996); Cooperativa dos produtores rurais da região norte de Alagoas (1999).

Nesse mesmo período, o cooperativismo passou a buscar representatividade. Além de seus próprios estatutos, começou a ser regido por Lei que garantisse uma maior segurança jurídica da coletividade. Em 2 de dezembro de 1969 foi criada, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) que é um órgão da sociedade civil sem fins lucrativos e com neutralidade política e religiosa. Em 1971 foi criada a Lei 5.764/71 que disciplinou a criação de cooperativas no país. Porém, esta mesma legislação também limitou a autonomia dos cooperados, interferindo na criação, funcionamento e fiscalização das instituições, sendo apenas resolvido com a Constituição de 1988, que coibiu a interferência do Estado e deu às cooperativas o poder de autogestão. Neste mesmo ano, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) – instituição do sistema S - com a missão de

promover a cultura cooperativista e aperfeiçoar a gestão das cooperativas para o seu desenvolvimento.

Mas mesmo diante de toda essa estrutura legal, com a garantia e segurança jurídica voltada para a organização e formalização do cooperativismo, esses respaldos legais não ajudaram nas mudanças culturais dos agricultores alagoanos, que permaneceram com as mesmas dificuldades de articulação e de comercializar os produtos, possivelmente esses aspectos legais não foram atrativo para a criação e o desenvolvimento de novas cooperativas no Estado.

Menezes (2015) destaca que em 2002 é lançado em Alagoas o Programa Estadual do Leite que mais tarde se tornaria o PAA leite. O primeiro programa que beneficiam agricultores familiares através de cooperativa com ênfase na produção e industrialização, por meio da compra de seus produtos. Para atender este programa, a cooperativa teria que estar devidamente regularizada e munida de uma série de certidões (Receita federal, FGTS, Estadual, Municipal), licenças sanitária e ambientais, além de apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que credencia a cooperativa como sendo da Agricultura Familiar.

Em 2003, foi criado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (2012), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações produtivas como associações e cooperativas, estimulando os processos de agregação de valor à produção.

Já em 2009, o Ministério da Educação através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, sanciona a Lei nº 11.947, trazendo novos e importantes avanços para o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), atendendo os alunos de toda rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, nas esferas municipal, estadual e federal (Brasil, 2009). Sendo possível comprar a produção da agricultura familiar através de suas organizações produtivas, como por exemplo, cooperativas e associações comunitária de desenvolvimento ou não.

Durante as últimas duas décadas, observa-se a criação e a regularização de diversas cooperativas da agricultura familiar no Estado, sobretudo, a partir de 2010. Assessoria e Gestão em Estudo da Natureza Desenvolvimento Humano e Agroecologia (AGENDHA, 2012), mostra que se iniciou um fenômeno de disputas de espaços e territórios entre as cooperativas, cadeias produtivas foram exploradas, de modo a, atender um maior número de

agricultores familiares das mais variadas linhas de produção do Estado, sendo vistas, como um potencial mecanismo de desenvolvimento social.

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar os Aspectos Evolutivos na Criação e Regularização das Cooperativas da Agricultura Familiar do Estado de Alagoas. O mesmo trabalho não se limitará ao estudo meramente evolutivo das cooperativas em Alagoas, mostrará ainda, que fenômeno causou a criação e regularização das cooperativas no Estado, a atual distribuição das cooperativas, quais foram os objetivos que leva a criação e regularização de uma cooperativa nos dias atuais, além da quantidade de agricultores familiares atendidos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A metodologia da cooperação é uma arte que não depende apenas de um ator, por esse motivo, o torna tão dinâmica e desafiadora. Trabalhar a cooperação, o coletivo, o grupo, e, sobretudo, uma cooperativa da agricultura familiar, tem muitas vezes um ingrediente a mais: a vontade de fazer acontecer.

Segundo Zyberstajn (1994) as cooperativas são desafiadas a se desenvolver internamente de forma constante, e, sobretudo, desenvolver o território da qual atua, diante das complexidades de gerenciar fornecedores com ideologias distintas sem perder o foco do cooperativismo, centrando os esforços no homem e não apenas no capital.

Pires (2004) conceitua cooperativa como sendo uma ação conjunta de pessoas que se unem, que apresentam ideias de alcançar o mesmo objetivo seja ele em relação às associações humanas ou relações comerciais, destacando que a cooperação pode ser motivada por ideais ou coercitivamente, ressaltando que o ato de se cooperar requer confiança das quais se acredita que a cooperativa cumprirá com suas obrigações legais e atingirá seus objetivos comuns.

Na base produtiva, a agricultura familiar no Estado tem se tornado muito forte, e muitas vezes o montante de recursos envolvido, pode causar desconfianças generalizadas numa diretoria ou não. Wanderley (1999) destaca que agricultura familiar é aquela que a família é proprietária dos meios de produção e ao mesmo tempo assume a execução do trabalho agrícola no estabelecimento. Para Wanderley (1999) a categoria da agricultura familiar guarda muitos traços dos camponeses, em especial por ainda enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, com a advinda modernização brasileira.

Essas cooperativas da agricultura familiar em sua totalidade apresentam em seus quadros de cooperados atores de camadas sociais distintas, sendo geralmente os que apresentam maior instrução, ficam na parte de gerenciamento. Outros, portanto, são fornecedores de produtos responsáveis pela mão de obra braçal e pelo fornecimento de matéria prima para essas cooperativas. Segundo Schneider (1981), as cooperativas são estrutura que abriga sujeitos com aparente desiguais, onde a atual estrutura cooperativa reforça a desigualdade entre os pequenos agricultores e os grandes proprietários, visto que a mesma tende a incorporar relações de dominação e subordinação presentes na sociedade.

Bavaresco e Mauro (2012) afirma que as compras institucionais são uma das mais importantes políticas públicas para a agricultura familiar. Wilkison (2008) relata que mesmo se tratando de um mercado diferenciado (mercado governamental), os padrões estabelecidos para os produtos são como nos mercados de commodities, o que significa formatos negociados e definidos para substituir a diversificação do produto e da produção. Já Silva e Silva (2011) ressalta a necessidade de ações que busquem a adequação dos normativos às realidades da agricultura familiar, estabelecendo novos padrões de mercado.

Van Der Ploeg (2006) destaca que ao produzir e vender seus produtos para mercados locais, convencionais e/ou institucionais, os agricultores familiares reforçam o ideário da autonomia frente à massificação do mercado globalizado, contribuindo para a ressocialização e a territorialização da produção dos alimentos. Porém, Conterato (2011) afirma que a participação da cooperativa no acesso a comercialização deve ser reforçada com a superação dos entraves presentes que vão desde a logística até a qualidade e a regularidade de produção, sendo necessário um maior aporte da assistência técnica para a diversificação e aumento de volume da produção.

Para Pereira e Sauer (2011), a adoção dessas políticas de comercialização é uma política social compensatórias, cujo objetivo é amenizar a pobreza rural e amortizar os conflitos no campo, sem que se promova qualquer alteração na concentração da estrutura fundiária no país. Nehring e Mckay (2013) observaram que a aproximação entre a gestão municipal e os agricultores familiares foi um dos efeitos positivos não intencionais da implantação do PAA e PNAE em parceria com administrações municipais. É notório a dificuldades que essas organizações produtivas apresentam para acessarem o mercado convencional.

Contudo, administrar uma cooperativa da agricultura familiar exige uma destreza muito grande de seus diretores. Devido à falta de recursos financeiros e humanos dos próprios cooperados, torna o trabalho nesse seguimento mais difícil, onde praticamente o que se anseia

é o desbravamento de mercado comprador para comercializar a produção. Outros aspecto relevante, é manter estas cooperativa regularizadas diante das condições burocrática, contábil, sanitárias e ambientais em que se exige atualmente. De acordo com Cotrim (2009) A cooperativa exige uma mudança de postura dos atores sociais envolvidos, tornando-se empreendedores de sua própria organização coletiva.

Schneider (2003) acredita que existem alguns fatores importantes que dificultam o desenvolvimento de processos educativos na cooperação, no seio das cooperativas brasileiras. Já para Ricciardi (2000) a empresa cooperativa só tende a crescer se os cooperados participarem plenamente de todos os seus momentos e atividades.

Para qualquer ação que for tomada através de uma cooperativa da agricultura familiar, seja para comercialização dos produtos ou compra de insumos, por exemplo, é necessário que a cooperativa esteja totalmente regularizadas para atender os requisitos mínimos exigidos, haja vista, as condições contratuais impostas para que se tenha segurança jurídica e respaldo legal.

3. PROCEDIMENTO METOLÓGICO

O ponto inicial da pesquisa foi coletar dados das cooperativas na Junta Comercial do Estado, onde todas as cooperativas tem seus respectivos estatutos analisados, apreciados e registrados. Em seguida fez-se uma análise para identificar quais as cooperativas registradas poderiam ser foco do estudo, ou seja, que eram proveniente da agricultura familiar.

Para melhor identificar as cooperativas da agricultura familiar, foi solicitado a relação destas cooperativas junto à Organização das Cooperativas do Brasil (OAB) em Alagoas e na União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), órgãos que desenvolve ações nas cooperativas diretamente ligadas a agricultura familiar, tendo como foco de estudos para este trabalho, as cooperativas com este perfil.

Feito o levantamento do público a ser estudado, foram identificadas 58 cooperativas no Estado de Alagoas que trabalham ou foram criadas a partir de articulações da agricultura familiar de diferentes segmentos de produção, como por exemplo: hortaliças, tubérculos, frutíferas, sucos concentrados, polpa de fruta, derivados lácteos, sementes, avicultura, apicultura e etc.

De posse dos dados das cooperativas, foram traçados rotas estratégicas mediante agendamentos de visitas em todas as cooperativas num raio de 100 km em relação a cidade de

Palmeira do Índios/AL. As cooperativas com distancia superiores, as articulações de busca de dados fez-se através de e-mail.

Para levantar as informações necessária a campo e desenvolver os estudos, utilizou como instrumento de coleta de dados, questionário de pesquisas exploratória descritivo de natureza qualitativa, que proporcionou entender a realidade de cada cooperativas referentes ao nível de regularização e adequação as normas que as caracterizam como sendo da agricultura familiar. Buscou-se abordar os presidentes ou o corpo diretório na aplicação o questionário. O questionário de pesquisa foi aplicado nas 58 cooperativas, tendo êxito de resposta em 46 cooperativas, o que corresponde a 80,02% das cooperativas entrevistadas. Fez-se também, pesquisas em livros, revistas, periódicos e materiais artigos referentes ao assunto proposto para auxiliar no embasamento científico desse estudo.

Segundo Gil (2007), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

A pesquisa seguiu dois roteiros pré-estabelecidos, o primeiro roteiro trata das condições de regularidade legal da cooperativa diante dos tramites burocráticos e legais que as caracterizam como da agricultura familiar. No segundo, busca entende os motivos pelas quais as cooperativas foram criadas e/ou regularizadas.

Após aplicação dos questionário de pesquisa, os dados foram tabulados de forma a observar a capacidade das cooperativas em se regularizar, manter-se regularizadas, os motivos de serem criadas e a quantidade de cooperados atendidos, favorecendo uma análise mais contextual de todo o sistema de regularização destas cooperativas e suas linhas de atuação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cooperativismo garante o dinamismo comerciais nas comunidade rurais, sítios e distritos e etc. Os atrasos econômicos provocada pela exploração comercial na base produtiva são extremamente maléfica para o campo, essas organizações conseguem incluir socialmente os grupos de agricultores rurais, antes desorganizado, numa representatividade forte quando agem coletivamente através de suas cooperativas. Com um apelo social, estas cooperativas tentam estabelecer vantagens competitivas em meios aos maiores concorrentes no mercado,

essa vantagem quando bem utilizada, consegue ser o diferencial competitivo aliados a outros mecanismos culturais.

Entretanto, os objetivos deste trabalho é apresentar os aspectos evolutivos na criação e regularização das cooperativas da agricultura familiar do Estado de Alagoas. Mostrará ainda, que fenômeno causou a criação e regularização das cooperativas no Estado, a atual distribuição das cooperativas e o que leva a base produtiva a criar e regularizar uma cooperativa nos dias atuais, além de mostrar a quantidade de agricultores familiares atendidos por estas cooperativas.

A chegada do cooperativismo da agricultura familiar em Alagoas na década de 50 aconteceu de forma pontual e descontínua. A base produtiva com suas características e particularidades norteiam a estrutura e o funcionamento do sistema cooperativista, entre regiões e produtos, assim como os produtos de consumo de alto valor agregado, refletindo na própria dinâmica de acumulação e distribuição de capital.

Frente ao fenômeno das disparidades regionais, o cooperativismo se concentra nas regiões mais produtivas, tanto em termos do número de cooperativas como de cooperados. Esta diferenciação está manifestada também na distribuição do crédito alocado às cooperativas, para uso próprio e para repasse aos associados.

A crise no cooperativismo até a década de 90 devido à forte competitividade econômica, falta de segurança jurídica e políticas direcionadas ao setor, não possibilitou o avanço do cooperativismo, no entanto, as cooperativas da agricultura familiar se consolidaram e se expandiram na medida direta da sua maior ou menor integração nos subsetores mais dinâmicos da agricultura Estadual nas duas últimas décadas. Rodrigues (1997) destaca que o processo de globalização da economia, as mudanças no cenário econômico nacional e o inevitável aumento da competitividade global exige das cooperativas uma revisão de seus princípios e doutrinas, como forma de se adaptarem a esses novos tempos. Rever seus produtos, suas estratégias e estruturas administrativas são ações que visam aumentar a eficácia e a competitividade dessas organizações.

Tais observações podem ser feitas no gráfico 1, onde mostra claramente que a evolução das cooperativas se deu em função dos programas governamentais de comercialização e da falta de competitividade nesse mercado. O cooperativismo do Estado até os anos 2000, com raras exceções, não conseguiram ser competitivos a ponto de estabelecer um vínculo de segurança entre os cooperados, haja vista, a dificuldade de desbravar o comércio convencional existente para comercialização da produção. E assim não conseguiram

serem atrativas para agricultores familiares por não apresentar um viés de comercialização da produção concreto devido à falta de um mercado comprador garantido.

A partir de 2002 houve um conjunto de ações através de política Estadual e Federal de cunho social que buscou estimular e garantir a comercialização de produtos da agricultura familiar, como por exemplo, o Programa Estadual do Leite através do PAA doação simultânea e o PNAE. Todos esses programas previam a comercialização de produtos de forma coletivas através de associações e cooperativas com objetivo de fomentar a economia local.

Podemos observar no gráfico 1, que até os anos 2000, existia apenas 8 cooperativa da agricultura familiar, se levarmos em consideração a implantação da primeira cooperativa no Estado, foram criadas apenas um ou duas cooperativas a cada década. Com a chegada das políticas de comercialização em 2002, a quantidade de cooperativas criadas chegou a 20 cooperativas na penúltima década, e foram criadas 29 cooperativas provenientes da agricultura familiar na última década, esse fato é explicado pela a garantia de comercialização da produção da agricultura familiar estabelecidas pelos programas governamentais criados entre os anos de 2002 e 2009.

Outro fator que explica essa evolução do cooperativismo no Estado é a segurança jurídica proporcionada às cooperativas em relação às associações comunitárias de desenvolvimento. Os próprios estatutos de algumas associações não preveem a comercialização de produtos, tampouco estabelece fins lucrativos, porém a políticas de comercialização governamentais tem dado reconhecimento e legitimidade a essas organizações produtivas como entidade habita e comercializar a produção de seus associados, desde que tenham todas as condições necessárias para atender tais programas.

AGENDHA (2012) observa que houve uma corrida de líderes comunitários na tentativa de regularizar suas organizações produtivas e criar novas cooperativas a princípio para atender esses mercados culminando com o que apresenta no gráfico 1, havendo uma incorporação muito grande de cooperativas nas diversas regiões produtivas, numa dinâmica frenética pela busca de cooperados e de espaço, alertando que há algumas discordâncias entre cooperativas sobre a invasão de territórios produtivos.

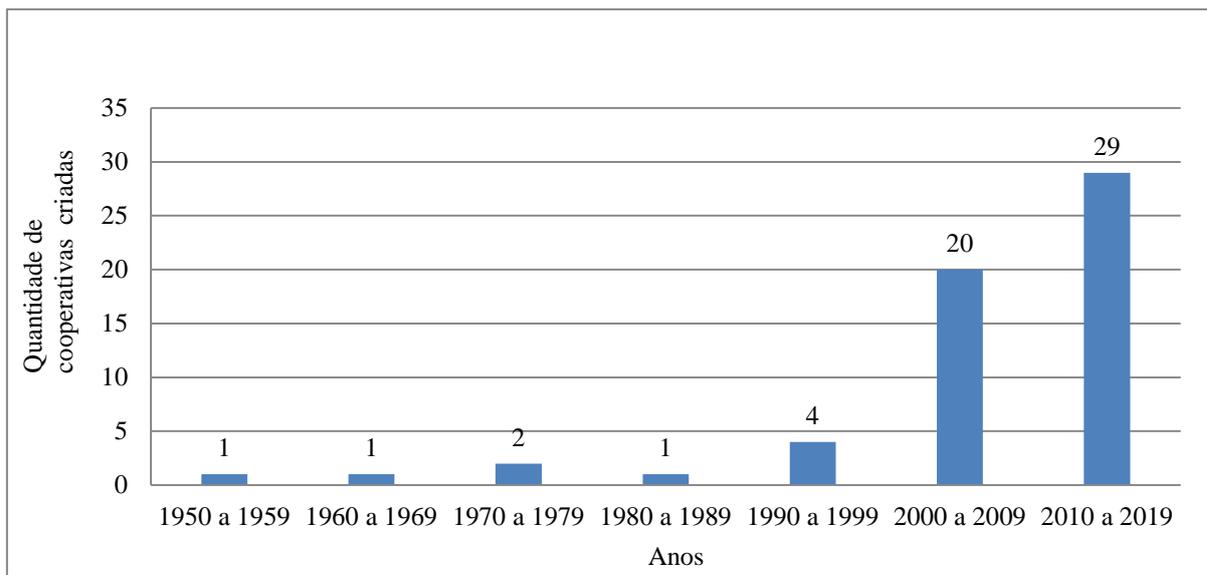


Gráfico 1 – Evolução da quantidade de cooperativas criadas no Estado de Alagoas
 Fonte – Pesquisa de Campo

Ricken (2009), já relatava que a forma de atuação, onde predomina a concorrência, a competição, a rivalidade regional, a falta de união e desigualdade de tamanho dificultam a cooperação ramo agropecuário. Direcionado para a questão democrática, Lago (2009), cita como exemplo “as disputas por espaço e vaidades entre dirigentes, dado o receio de perda de poder ou posto de trabalho, o que reflete uma enorme miopia, ao passo que o não fortalecimento da cooperativa é que pode representar a perda de autonomia”.

Atualmente as cooperativas estão distribuídas em 39 dos 102 municípios do Estado, porém apenas 15 municípios localizados na mata norte e no “cinturão verde” tem mais de uma cooperativa, essas regiões, corresponde à parte mais produtiva do Estado de Alagoas. Nos registros levantados, foi verificado que apenas duas cooperativas deixaram de existir na história cooperativista em Alagoas, ambas por dificuldades gerenciais e conseqüentemente, questões trabalhistas, ambas com mais de 20 anos de existência. As cooperativas estudadas atendem 7078 produtores rurais, sendo 4844 agricultores familiares pronafricanos. Não foram encontradas cooperativas formadas por indígenas e quilombolas no Estado, apesar de terem prioridade no acesso aos programas governamentais, as cooperativas de agricultura familiar tradicional e de assentados prevalecem.

Diante da expansão do cooperativismo em Alagoas, um gargalo enfrentado pelas cooperativas é a falta de mão de obra capacitada para trabalhar as questões burocráticas, sobretudo, nas cooperativas fundadas por agricultores familiares que tentam desbravar o processos burocráticos sem ajuda técnica, outras vezes, por imaturidade dos diretores em não aceitar opiniões de terceiro ou interferências de órgão do governamental, como por exemplo,

a EMATER. Nesse último caso, a falta de bom senso parece ultrapassar os limites da sobrevivência do negócio, onde vários órgãos poderiam dar orientações mais adequadas, como por exemplo, sindicatos, Secretarias de Agricultura, o sistema “S” e a OCB.

No gráfico 2, é possível observar as atuais pendências levantadas nas cooperativas pesquisadas, onde o principal problema é a falta da Certidão Negativa da Dívida Ativa da União (DAU) 27,07 %, seguida da Certidão Municipal (24,06%), se dando esse feito, pela falta de assessoramento técnicos, especialmente o serviço contábil para informar e fazer as declarações devidas junto à Receita Federal e outros órgãos covalentes nas datas estabelecidas para que a falta dessas informações não gera multa e conseqüentemente a indisponibilidade das referidas Certidões.

Outro fato alarmante identificado no gráfico 2, é a falta da DAP Jurídica, 12,03% das cooperativas estão com pendência no principal documento emitido pelo MDA através da EMATER e Sindicato, documento este, responsável por atestar que a cooperativa realmente é da agricultura familiar, porém, foi identificado que todas as cooperativas estudadas algum dia teve a DAP emitida a seu favor, provavelmente para atender as políticas pública de comercialização, mas devidos a diversas variáveis, como por exemplo, a falta de articulação da diretoria com seus cooperado, esse documento não foram reemitidos.

Além das certidões obrigatórias para manter as cooperativas regularizadas, foram identificado também problemas de regularização de cunho operacional em relação as cooperativas que agregam maior valor a sua produção através do processo de industrialização dos produtos, como por exemplo, os derivados lácteos, polpas de frutas e produtos artesanais.

A falta de certidão da vigilância sanitária muito utilizada para garantir a segurança na produção de produtos artesanais corresponde a 3,76% acompanhando da falta de certificação ambiental 2,26%, mostrando que as cooperativas que trabalham no seguimento e necessitam agregar valor a seus produtos, estão atendendo as legislações sanitárias estabelecidas. Não foram encontradas condições irregulares em relação às diretorias.

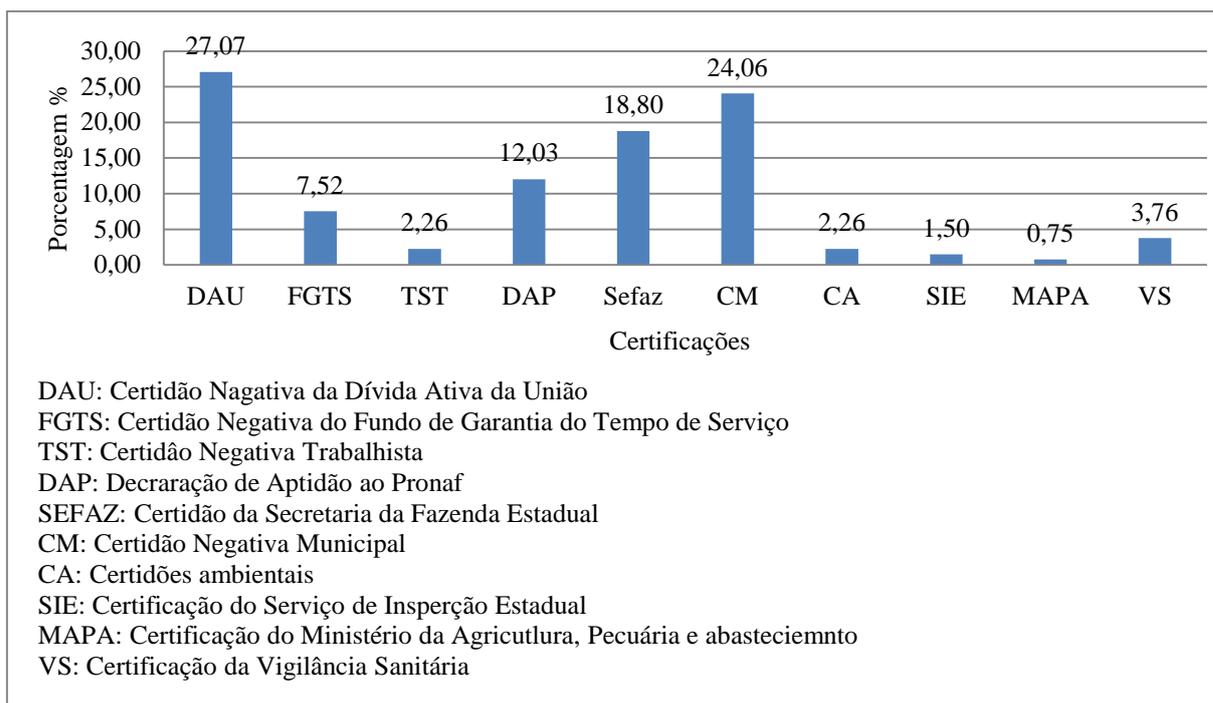


Gráfico 2 – Principais pendências das cooperativas em %
 Fonte – Pesquisa de campo

Mesmo diante dessas variáveis e pendências, das 46 cooperativas estudadas em Alagoas, existem 22 cooperativas da agricultura familiares totalmente regularizadas e aptas a acessar qualquer programa de comercialização ou adentrar no mercado convencional através das grandes redes de supermercado ou distribuidoras de alimentos. Dados da AGENDHA (2012) em seu relatório final identificaram 14 cooperativas regularizadas no Estado. Considerando as cooperativas estudadas, dados de campo mostram que em Alagoas no ano de 2016 tinha 36 cooperativas regularizadas, tendo uma diminuição de 39% de cooperativas regularizadas entre os anos de 2016 e 2019 que pode estar diretamente ligado à diminuição dos recursos aplicados no PAA. Vale ressaltar que apenas 8% das cooperativas conseguem acessar o mercado convencional.

O modelo cooperativista em Alagoas está individualizado, que pode ser explicado pela competitividade que o mercado governamental tem proporcionado. Manter a regularidade das cooperativas tem sido desafiador, pendências básicas para o funcionamento de uma cooperativa ainda persistem, o que leva a crer que essas cooperativas precisam fazer parcerias e fortalecer a intercooperação. Para Grande (2015), a intercooperação é um dos principais caminhos para o fortalecimento do cooperativismo e uma das tendências desse cooperativismo contemporâneo é a formação de redes cooperativas, que tratam a intercooperação como ação estratégica para o futuro do negócio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação de programas governamentais de comercialização direcionados a compra de produto da agricultura familiar e suas organizações estão intimamente ligadas ao aumento da criação e regularização das cooperativas do Estado de Alagoas. A garantia de compra de um mercado sem oscilação facilita a dinâmica cooperativista aliando a pouca concorrência local, permite o atendimento destes programas com êxito e a possibilidade da formação de novas cooperativas.

Outro fator determinante para evolução do cooperativismo no Estado é a segurança jurídica que as cooperativas oferecem a seus cooperados, tornando-a com mais credibilidade para comercializar a produção dos agricultores familiares tanto via políticas de comercialização quanto via mercados convencionais.

A diminuição dos recursos dos programas governamentais de comercialização, como o PAA, pode está diretamente ligado à dinâmica da manutenção de regularidade de 39% das cooperativas. Outros aspectos como a falta de intercooperação e o capital humano especializado também foram identificados, porém com menor intensidade.

A dificuldade de acessar o mercado convencional ainda persiste, a falta de qualidade referente ao capital humano é um dos fatores que impedem este acesso, além da falta de capital financeiro. A grande maioria da cooperativas dependem totalmente dessas políticas de comercialização para se manter, ou seja, estão sujeitas ao fracasso, caso os programas deixem de existir em sua totalidade.

As instituições públicas apresentam um boa dinâmica de trabalho na emissão de DAP Jurídica para as cooperativas, mais as cooperativas encontram dificuldade de articulação e organização para manter-se com este documento. Aspectos como discordâncias internas e falta de perfil podem estar ligado a esta questão

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDHA. Relatório final do Projeto NUTRE Nordeste. Pág. 68 a 76. Paulo Afonso/BA. 2012.

BRASIL – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>> Acessado em 12 de maio de 2019.

BRASIL. Lei 11.947 de junho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em 12 de maio de 2019.

COTRIM, D. S. Organização social e associativismo rural. In: GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, D. G. (Org.). Organização social e movimentos sociais rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. _____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRANDE, Edivaldo Dei. Intercooperação: gerando valor para as cooperativas. Disponível em: Acesso em 17 de maio de 2019.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cartilha do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Pag. 9. Brasília, 2012.

NEHRING, R.; MCKAY, B. 'Scaling-up Local Development Initiatives: Brazil's Food Procurement Programme. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2013. (IPC-IG Working Paper, n.106)

PEREIRA, João. M. M.; SAUER, Sérgio. A "reforma agrária assistida pelo mercado" do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 3, p. 587-612, 2011.

BAVARESCO, P. A.; MAURO, F. Agricultura familiar brasileira no Programa Nacional de Alimentação Escolar: garantia de mercado aos agricultores e de segurança alimentar e nutricional aos alunos da rede pública de ensino. Santiago, Chile: FAO, 2012. Fórum de especialistas: Programas de Alimentação Escolar para América Latina e Caribe.

CONTERATO, M. A. et al. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. (Org.). Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

LAGO, Adriano. Fatores Condicionantes do Desenvolvimento de Relacionamentos Intercooperativos no Cooperativismo Agropecuário. Porto Alegre: 2009. Disponível em: Acesso em 05 de maio de 2019.

MENEZES, Guilherme Vieira. As Particularidades do Programa de Aquisição de Alimentos – Modalidade Leite (PAA LEITE) na Regional de Arapiraca no Agreste Alagoano. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, Brasil, 2015.

NEHRING, R.; MCKAY, B. 'Scaling-up Local Development Initiatives: Brazil's Food Procurement Programme. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2013. (IPC-IG Working Paper, n.106)

PEREIRA, João. M. M.; SAUER, Sérgio. A "reforma agrária assistida pelo mercado" do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 3, p. 587-612, 2011.

PIRES, Maria L. L. e Silva. O cooperativismo agrícola em questão. Recife: Massangana Editora, 2004.

RICCIARDI, L. Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

RICKEN, José Roberto; TENÓRIO, Fernando Guilherme; KRONEMBERGER, Thais Soares. O Cooperativismo Agropecuário no Estado do Paraná: A Questão da Integração. Disponível em: Acesso em: 05 Junho 2019.

RODRIGUES, R. O cooperativismo na globalização. *Agroanalysis*, p. 10-12, ago. 1997.

SILVA, M. e SILVA, S. Para além do acesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural. *Mercado de Trabalho – conjuntura e análise*, ano 16, n. 49, p. 87-93, nov. 2011.

SCHNEIDER, João E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981. p.11-40.

SCHNEIDER, J. O. Educação cooperativa e suas práticas. 1. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2003

VAN DER PLOEG, J. D. O Modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A Diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. In 1999.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas: desafios e tendências. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 23-32, jul./set. 1994. Desenvolver estilo ABNT.

<https://www.oseudinheirovalem.com.br/historia-do-cooperativismo-no-brasil/>: acessado em 16 de junho de 2019.

http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf: acessado em 16 de junho de 2019.